

GDF ameaça ir à Justiça contra escolas

Carlos Menandro

O Governo do Distrito Federal vai entrar com a ação na Justiça Federal para garantir o reinício das aulas nas escolas particulares, caso não seja fechado, hoje, um acordo com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe). O consultor jurídico do DF, José Milton Ferreira, recusou-se a adiantar a natureza da medida judicial que será adotada para não prejudicar as negociações a serem realizadas ainda hoje, mas admitiu que poderá ser nos moldes do mandado de segurança pedido pela Procuradoria-Geral da República, para limitar em 144,06% o reajuste das mensalidades escolares de janeiro a julho.

Como a Comissão de Encargos Educacionais decidiu ontem estudar medidas técnicas para que o Conselho de Educação do DF possa conceder reajustes extraordinários às escolas que fizeram acordos trabalhistas em separado com seus professores e funcionários, o governo ainda espera solucionar o problema pelo diálogo. "Vamos tentar antecipar a reunião do Conselho para o mais cedo possível, disse José Milton, que acredita no reinício das aulas ainda amanhã.

Professores

A partir do momento em que a Comissão de Encargos aceita rever mensalidades de escolas que comprovem custos acima dos aumentos autorizados até o momento, está claro para o governo que o Conselho de Educação do DF vai assumir a responsabilidade dos reajustes, de acordo com a liminar da 3ª Vara da Justiça Federal, que derrubou a portaria da liberdade vigiada do Ministério da Fazenda. Com este raciocínio, José Milton espera convencer as escolas do empenho do GDF para não cometer injustiças com empresários nem com pais e alunos da rede privada de ensino.

Ainda não está descartada a possibilidade de uma intervenção nas escolas particulares caso elas mantenham o locaute iniciado na última sexta-feira, após a prisão, em flagrante, do proprietário do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu, recolhido à Polícia Federal por praticar preços acima do permitido pela legislação. Mas o GDF quer evitá-la a todo custo porque teme ser desmoralizado se os professores recusarem-se a voltar ao trabalho, em solidariedade aos seus patrões.

Outro receio do GDF é de criar uma situação de confronto irreversível e precisar recuar depois, já que está surgindo a possibilidade de uma nova greve dos professores da rede de ensino público, desconhecidas com o Plano de Carreira.



A Comissão de Encargos, reunida ontem, autorizou algumas escolas a reajustarem as mensalidades acima dos 144,06%

Comissão aprova reajustes extras

A partir deste mês, as escolas da rede particular que fizeram acordos salariais em separado com seus professores e funcionários poderão repassar parte desses custos às mensalidades, se o plenário do Conselho de Educação do DF (CEDF) acatar uma proposta aprovada ontem pela Comissão de Encargos Educacionais do órgão. Pela proposta, as escolas poderão incorporar às mensalidades 70% da diferença entre o reajuste salarial concedido aos professores e o índice de 46,14% estabelecido pelo disídio coletivo e já repassados aos preços.

A decisão beneficia os colégios que assinaram os acordos salariais em separado e referendados pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), Sindicato dos Professores Sinpro e Sindicato dos Auxiliares de Ensino (SAE). Ela não é retroativa, conforme queria o representante das escolas na Comissão de Encargos, Atef Aissam, e poderá ser reformulada pelo Conselho de Educação. A próxima reunião do Conselho está marcada para segunda-feira, dia 23, mas o presidente da Comissão

de Encargos, Júlio Gregório, não descarta a possibilidade de convocação extraordinária dos conselheiros para analisar a proposta.

Quem ganha

A princípio, 16 escolas serão beneficiadas e já estão com pedidos no Conselho, acompanhados dos acordos salariais. São elas: Ceub, Candanguinho, Ciman, Escola das Nações, Projeção/Brasília, Projeção/Guará, Projeção/Taguatinga, Canarinho, Notre Dame, Criarte, Maurício Sales de Melo, Madre Carmem Sales, Monteiro Lobato, Viver, Casinha Feliz e Ginásio de Brasília. Estes colégios entraram com processos para revisão dos 144,06%, o que foi negado pelo Conselho por entender que este índice só poderia ser alterado pelo juiz Sebastião Fagundes, da 4ª Vara da Justiça Federal, que concedeu a liminar.

O reconhecimento dos acordos salariais era um dos pontos considerados fundamentais pelo presidente do Sinepe, Jaime Zveiter, para esclarecimento da atual legislação. Ele não entende porque o Conselho de Educação abria exce-

ção às escolas que fizeram acordo com os pais e não respeitava os acordos salariais das escolas com os professores e funcionários.

Acusações

A reunião do Conselho de Educação foi marcada por um certo desencontro de informações e por muita discussão, polarizada pelos representantes dos pais e dos alunos, Edilamar Vaz da Costa e Donizete Moura de Jesus, e das escolas, Atef Aissani. Edilamar chegou a acusar os diretores de quererem gerar um fato político para derrubar a liminar.

Enquanto os representantes dos pais e dos alunos tentavam esclarecer o motivo da paralisação, acusando as escolas de terem tomado uma medida inoportuna que vai prejudicar alunos, pais e professores, Aissani continuava defendendo a tese da obscuridade da legislação. Ao final da reunião, Edilamar e Donizete ameaçaram se retirar para não dar quorum à votação dos reajustes extraordinários aos estabelecimentos, mas a matéria não entrou em pauta.